



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

PAPEL DE TRABALHO

Análise de Processo - Compra direta com dispensa de licitação

ÓRGÃO	:			
TIPOS DE AVALIAÇÃO	:	Processo n.º		
HISTÓRICO	:			
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	:	ELEMENTO DE DESPESA	:	
FONTE	:	VALOR	:	
CREDOR	:			
LINHA DE PROCEDIMENTO	:	Analisar e avaliar o regime de execução das despesas, para comprovar a legalidade e a legitimidade dos pagamentos.		

QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO: Compra direta com dispensa de licitação pelo valor até R\$ 8.000,00

N.º	PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	NÃO	SIM	OBSERVAÇÕES
01	O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão e visto do responsável?	Art.38, Caput, Lei n° 8.666/93	()	()	
02	Consta termo de referência descrevendo as características do produto, forma de fornecimento, valor estimando, objetivo e justificativa da contratação?	Art. 7º, 14º, 15º § 7º da Lei n.º 8.666/93	()	()	
03	Consta pesquisa de mercado (cotação de preço) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicado a fonte metodologia ou nome e endereço de pelo menos 3 (três) empresas ou pessoas físicas consultadas?	Art 7º, § 2º, II, c/c inc. V, do art. 15, Lei n° 8.666/93	()	()	
04	Consta, no Anexo de Solicitação compras/serviços, assinados pelo Ordenador de despesa e demais autoridades competentes?	Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	
05	Os recursos orçamentários previstos no Anexo de Solicitação de compras/serviços estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação?	Art. 7º, § 2º, III c/c art. 14, Lei n° 8.666/93 e suas alterações, LOA e PPA.	()	()	
06	Consta ND de bloqueio de saldo orçamentário suficiente para a realização da despesa?	Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()	



Governo do Estado do Tocantins
Controladoria-Geral do Estado

07	A aquisição foi submetida ao sistema de compras via internet?	Decreto da Execução Orçamentária e Portaria SEPLAN n.º 51/2011.	()	()
08	Consta justificativa da não utilização do sistema de compras via internet, se for o caso? Bem como autorização do presidente da comissão de licitação?	§ 2º inc. I art. 33 do Decreto 4.576/2, de 21 de junho de 2012 c/c Decreto 1.124 de 13 de fevereiro de 2001 e Portaria SEPLAN n.º 051/2011.	()	()
09	Consta a OC – Ordem de compra?	Art. 3º, Dec. 1124/01 c/c, art. 3º, Portaria SEFAZ n.º 758/02	()	()
10	Consta a NA – Nota de atendimento?	SIAFEM	()	()
11	Consta o resultado da cotação por fornecedor?	SIAFEM	()	()
12	Consta proposta original da empresa escolhida, caso não tenha sido utilizado o sistema de compras via internet?	Art. 38, Inciso 4, Lei n.º 8.666/93	()	()
13	Consta documentação atualizada relativa à habilitação jurídica, quando for o caso?	Art. 28, Lei n.º 8.666/93 e alterações	()	()
14	Consta documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista?	Art. 29, Lei n.º 8.666/93	()	()
15	Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso?	Art. 30, Lei n.º 8.666/93	()	()
16	Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Art. 31, Lei n.º 8.666/93	()	()
17	Consta justificativa para a dispensa da licitação?	Art. 26, Lei n.º 8.666/93.	()	()
18	Consta minuta do termo de contrato, nos casos em que resulte obrigações futuras?	Art. 38, inciso X, Lei n.º 8.666/93	()	()
19	Consta Parecer Assessoria Jurídica do órgão e/ou da Procuradoria Geral, quando for o caso, fundamentando os motivos excepcionais para a dispensa da licitação?	Art. 38, inciso VI, parágrafo único, Lei n.º 8.666/93 c/c Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()
20	Consta ato de dispensa, expedido pela autoridade competente?	Art. 26, Lei n.º 8.666/93 c/c Decreto de Execução Orçamentária vigente	()	()

